



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

TRABALHO E POLITICA NO CONTEXTO DE UMA CADEIA PRODUTIVA AUTOGESTIONÁRIA: NOTAS DE UM ESTUDO PSICOSSOCIAL EM ANDAMENTO.

CRIS FERNÁNDEZ ANDRADA

Doutoranda em Psicologia Social – Universidade de São Paulo (USP)

andrada@usp.br

Resumo

Este trabalho apresenta a proposta e os primeiros resultados de uma pesquisa de doutorado em Psicologia Social sobre trabalho e política no contexto de uma cadeia produtiva autogestionária, a Justa Trama. A investigação, em curso desde 2009, tem como grande-campo a Economia Solidária brasileira, em agudo desenvolvimento nos últimos anos. Hoje são milhares os trabalhadores que, a partir de suas cooperativas e associações, lutam pela sobrevivência e, por vezes, rompem as fronteiras da esfera do trabalho e se dirigem a ações econômicas e políticas mais amplas, desenvolvendo, de modo cada vez mais complexo, uma nova economia propriamente. Por meio da interação com instituições públicas e/ou não-governamentais, precisam criar ou complexificar processos, cotidianamente, seja no modo de gerir o trabalho ou de comercializar seus produtos, de obter crédito, de praticar intercooperação etc. Assim, estes trabalhadores têm sido capazes de promover importantes mudanças no tecido social em que se encontram, numa tensão peculiar, no cotidiano, entre trabalho e política, como demonstramos em pesquisa de mestrado defendida em 2005. Na ocasião, estudamos a experiência das costureiras da Cooperativa Univens e acompanhamos o processo de desenvolvimento político do projeto da Justa Trama (entre outros). A presente pesquisa parte dos achados desta investigação e propõe, especificamente, identificar e descrever os principais processos e relações estabelecidas entre as experiências de trabalho e de política no cotidiano de trabalhadores da Cadeia Justa Trama. Organizada em uma ampla rede, a Cadeia reúne atualmente cerca de oitocentas pessoas, de empreendimentos autogeridos de cinco estados brasileiros, numa proposta ousada. Abarca todos os elos da cadeia têxtil, do plantio do algodão, feito por agricultores familiares do sertão cearense, à confecção final, a cargo de costureiras gaúchas e catarinenses. Cooperados de uma empresa recuperada de Minas Gerais fazem o fio e o tecido e artesãs de Rondônia dão acabamento às peças, a partir de sementes da



região amazônica. Economicamente, a Justa Trama apresenta um bom desempenho, comercializando seus produtos principalmente no chamado comércio justo e solidário (inclusive no exterior). Politicamente, é referência de organização para diversos empreendimentos e instituições da Economia Solidária no Brasil e no exterior.

A partir de prolongadas incursões a campo, de caráter etnográfico, acompanhamos as atividades da Cadeia, especialmente aquelas de cunho político, desde fevereiro de 2010. Dedicamo-nos a compreender, principalmente, como estes trabalhadores e trabalhadoras conciliam as necessidades do trabalho (da produção e da administração) com as demandas da prática política (interna e externa à Cadeia); que alimentos e entraves, simbólicos e materiais, encontram no cotidiano, e principalmente, que recursos têm desenvolvido para operar com eles.

*Somos lo que hacemos, y sobre todo,
lo que hacemos para cambiar lo que somos.*
Eduardo Galeano

I. Introdução

“Nosso tempo é um tempo paradoxal”, nos diz Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 13) ao dispor, lado a lado, a opulência das novas tecnologias a males sociais que para alguns pareciam superados – formas degradantes de trabalho e de vida que acarretam em modalidades de adoecimentos e sofrimentos das mais primárias. Alçadas à categoria de revoluções – revolução microeletrônica, da informação e da comunicação, da genética ou da biotecnologia – os recentes constructos humanos permanecem apartados do cotidiano de numerosas populações expostas às necessidades mais simples – alimentos para o corpo e meios de trabalho para garantir a sobrevivência dos seus.

Universos tão desiguais comungam da mesma autoria: a rica tecnologia e a miséria da fome e da doença são criações históricas, adventos dos homens na colonização dos tempos e dos espaços. Frutos de uma produção mal distribuída, estes universos concentram de um lado, potencialidades de produzir e viver cada vez mais, e de outro, carências e incertezas em relação às próximas horas¹.

Como tem feito outros economistas, Ladislau Dowbor afirma que:

¹ A incerteza em relação ao presente é uma das repercussões ocasionadas pela vivência do desemprego prolongado identificada em estudos como o de Jardim (2004).



a simples reprodução do capital, ou reprodução econômica, já não é suficientemente abrangente para refletir os problemas que vivemos [...] em sucessivos relatórios sobre desenvolvimento humano das Nações Unidas, o objetivo central do desenvolvimento é o homem, enquanto a economia é apenas um meio (Dowbor, 1998, p. 29).

No Brasil dos últimos anos, segundo os indicadores dos institutos de pesquisas, experimenta-se relativo alento em termos macroeconômicos² – diminuição dos índices de desemprego e melhoria na distribuição de renda, entre outros. Ainda assim, se “abaixarmos a lupa” logo encontramos muitos signos de miséria no país. Misérias encarnadas na forma de trabalhos precários e degradantes, por exemplo.³

A autogestão como modo de *trabalho* e de *vida social*

No Brasil, à semelhança do que se deu em outros países (Hespanha, Cattani, Laville & Gaiger, 2009; Santos, 2002), a crise econômica iniciada nos anos 80 do século passado e agravada na década seguinte, mobilizou milhares de trabalhadores (Singer, 1998; Pochmann, 2001). Penalizados com o aumento do desemprego e da precarização das condições de trabalho, buscaram alternativas de sobrevivência ao emprego formal, e entre outras iniciativas, fizeram ressurgir, de modo historicamente surpreendente, relações autogestionárias de trabalho, disparando a constituição de outro modelo de economia, a Economia Solidária (Singer & Souza, 2000)⁴.

Para Paul Singer, o modelo atual de autogestão é mais reinvenção que repetição do antigo cooperativismo da Escola Associativista do séc. XIX. Apesar de amparado nas idéias de socialistas utópicos como Proudhon, Fourier e Owen (Singer, 1998), o que caracteriza o cooperativismo atual “(...) *é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento*” (Singer, 2002. p. 111).

² Em 2008 havia 11,3 milhões de pessoas pobres e 3,1 milhões em condição de indigência, apenas nas regiões metropolitanas do país (dados do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) [disponível em: <http://www.ipea.gov.br> acessado em 16/08/2008].

³ Revelar como cidadãos, expostos à negação de seus direitos mais elementares, vivenciam esta condição no cotidiano e os recursos que desenvolvem na luta pela sobrevivência foi tarefa de recente grupo de pesquisa do IPUSP, coordenado pela Prof^a. Maria Helena Souza Patto, do qual fizemos parte no *Subgrupo Trabalho*, sob coordenação da Prof^a. Leny Sato. Para saber mais, consultar Patto, 2009.

⁴ Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal, criada em 2003, Economia Solidária é “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores (as) sob a forma coletiva e autogestionária” (MTE/SENAES, 2006. p. 11).



Nas relações de trabalho autogestionárias, os trabalhadores organizam-se democraticamente para a construção e gestão de um empreendimento que pertença a todos, política e economicamente. Esta relação baseia-se por princípio na socialização dos meios e dos resultados da produção, na gestão democrática e na fundamental condição de igualdade entre os membros (Singer & Souza, 2000).

Importante frisar que a vivência da autogestão nas terras do mundo do trabalho, por vezes inspira a transposição das fronteiras artificiais que o apartam das demais esferas da vida social (Friedman, 2001), como as relações comunitárias e cidadinas, levando seus sujeitos a orientar ações no cotidiano, de modo geral, pelos mesmos princípios da igualdade e da participação democrática (Singer, 2002; Andrada, 2005). Ou, dito de outra forma, como bem situou Paulo Salles de Oliveira (2001), pode fazer emergir uma modalidade de cultura também solidária:

As formas de manifestação da economia solidária tanto emergem como resposta a uma situação aflitiva quanto engendram possibilidades de organização coletiva. [...] Ao contrário da segmentação dos tempos, edificar uma organização solidária no trabalho implica simultaneamente a construção de relações solidárias na totalidade da vida das pessoas (Oliveira, 2001, p.17).

Estas afirmações encontram eco em experiências de pesquisas e intervenções que acompanhamos desde 1999. E pode ser localizada no trecho abaixo, de Paul Singer:

A experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate de cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo. Em todos esses sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. (Singer & Souza, 2000. p. 28)

Da Psicologia Social e de um profundo envolvimento com experiências da Economia Solidária, é Sylvia Leser de Mello quem nos diz que:

a Economia Solidária vai se ampliando e ganhando novos espaços e dimensões inesperadas. [...] O orgulho pelo que se faz, que acreditávamos desaparecido da experiência sofrida do trabalho, pode ser encontrado em qualquer esquina das nossas feiras de Economia Solidária, em qualquer encontro de trabalhadores cooperados e associados. Há uma alegria que não



é apenas alegria do dinheiro ganho. Às vezes, nem se acredita que é isso que os move. Claro que também é, mas há alguma coisa a mais. (Mello, 2005)⁵

II. O tema: Trabalho e Política na autogestão

Se há pouco falamos da importância das condições materiais para a promoção de desenvolvimento humano, senso comum e reflexões filosóficas desde a antiguidade sempre apontaram necessidades de ordem simbólica como igualmente importantes neste tocante (Weil, 1996; Arendt, 2009)⁶.

Para Paul Singer, “autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes” (Singer, 2002, p. 21). Segundo ele, “participar das ações e discussões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura” (2002, p. 21).

Ao estudar experiências autogestionárias, pesquisadores como Holzmann (2001), Pedrini (2000) e Parra (2002) identificaram ali o conseqüente aprimoramento de *habilidades políticas* em boa parte de seus trabalhadores. A necessidade dada pelo novo contexto de criar, gerir e planejar a produção, em companhia de seus pares, convoca os trabalhadores a uma maior expressão e confrontação dos seus pontos de vista, por meio do discurso⁷. Afinal, não estão presentes ali o patrão ou o gerente para indicar o quê e como deve ser feito (Sato & Esteves, 2002).

⁵ Trata-se de parte do texto elaborado pela Profa. Sylvia Leser por ocasião da participação em banca de defesa de dissertação de mestrado (Comunicação Pessoal - 17/06/2005). Este texto foi gentilmente cedido por ela, em nova versão, como apresentação do livro baseado neste trabalho (Andrada, 2009).

⁶ Hannah Arendt situa *o labor, o trabalho e a ação* como as atividades humanas fundamentais. As duas primeiras, relativas à manutenção da vida e à construção material do mundo, respectivamente, operam no plano econômico. Já a *ação* - responsável pela erupção do novo, do transformador, e pela revelação da singularidade de seu sujeito - se dá no plano da política e no âmbito da liberdade das necessidades vitais (*labor*) e materiais (*trabalho*) (Arendt, 2000). Simone Weil (1996), por sua vez, situa o *enraizamento* como a necessidade mais importante da alma humana. Por enraizamento compreende a necessidade de “(...) *participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro. Participação natural, isto é, que vem do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente*” (Weil, 1996. p. 411). Como estamos interessados em analisar a relação entre trabalho e política na autogestão, elegemos destacar, apoiados nestas autoras, a ação política entre outras condições simbólicas importantes para o desenvolvimento humano.

⁷ Lorena Holzmann (2001) conta que, na nova condição de trabalho, muitos operários aos poucos abandonaram condutas de submissão, passando a exercer o direito de intervenção que a condição de sócios lhes propicia: “*Assumir ativamente os espaços de participação, expor-se publicamente, arriscar-se a ser vaiado e contestado, enfim, desenvolver argumentos em sua defesa, foi um aprendizado árduo para muitos trabalhadores que nunca tiveram a oportunidade de fazer valer sua voz, que nunca foram consultados e a quem nunca foi permitido pedir explicações sobre decisões tomadas [...] O mundo*



Julieta, cooperada da Univens com quem conversamos longamente sobre o assunto por ocasião da pesquisa de mestrado, ilustra este fenômeno de modo inesquecível, calcado em um denso processo de aprendizagem política:

Eu ficava apavorada! E não falava. [...] [Hoje] eu reconheço que não sou tão humilde a ponto que não possa aprender as coisas, que eu não possa entender as coisas. Eu me fortaleci porque apesar de todos os anos de experiência de trabalho, eu era mais quieta. Eu não sabia se eu tinha algum dom, dom de falar ou dom de entender as coisas. [...] Existem trabalhos em que a pessoa pode ficar anos sem que ninguém chegue e pergunte a opinião dela sobre aquilo.- Julieta. [grifos nossos] (Andrada, 2005, p. 161)

No entanto, foi no cerne da pesquisa que desenvolvemos junto às companheiras de Julieta, na Univens (Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos), que nos foi sendo revelada a existência de relações plurais e complexas entre as dimensões do trabalho e da política na história e no cotidiano daquela experiência. Um exemplo:

Ao contrário do que em geral ocorre na maioria nas cooperativas autogestionárias, em que o surgimento de um trabalho *participativo* e democrático pode fazer emergir a política em meio a uma motivação inicialmente econômica (Parra, 2002), no caso da UNIVENS, *foi a experiência política vivenciada no Orçamento Participativo do bairro que colocou no centro do debate a economia, e o trabalho como seu objeto* (Andrada, 2005, p. 238).

Ou seja, para vários membros deste grupo, a experiência política maior se deu *antes* da fundação da cooperativa e, na realidade, inspirou sua criação e a alimenta simbolicamente até hoje. O Orçamento Participativo foi berço da transfiguração do bairro em que moram e também cenário do primeiro encontro da maioria. Ali, nas reuniões do ‘OP’, reconheceram, uma nas outras, as mesmas duras marcas dos anos de trabalho instável e precário. E, neste momento, o trabalho passou a ser o próximo objeto de ação política delas que, sem qualquer apoio ou tutela institucional, começaram a organizar a cooperativa, em 1996. Ouçamos Terezinha falar deste processo:

Acho que a gente é o orgulho aqui da Vila, sabe? Até por aquelas benfeitorias que acabaram acontecendo. Porque dentro desse grupo todo, teve essas

autoritário do trabalho nega o direito de expressão dos trabalhadores, e a hierarquia de saberes que ele comporta inibe o desenvolvimento daquela capacidade, particularmente entre trabalhadores treinados apenas para executar ordens de outros trabalhadores, detentores de saberes aos quais não tiveram acesso” (Holzmann, 2001, p. 131).



participações no Orçamento Participativo. A Vila inteira foi asfaltada, esgoto, iluminação, tudo junto com essa mobilização toda. O próprio prédio da Incubadora foi através da cooperativa. Quem lutou pra fazer isso daí foi o pessoal. Foi dentro das rodadas do Orçamento que se conseguiu. Elas disseram: “Tem que ter aqui na Vila uma incubadora popular.” E nós vamos sair dali e o prédio vai continuar. Quer dizer, é uma conquista que a gente conseguiu não pra nós, e sim pra comunidade. [...] Porque quando nasceu a Incubadora, a cooperativa já estava quase com quatro anos. – Terezinha [grifos nossos] (Andrada, 2005, p. 59)

A pesquisa anterior também ajudou a compreender como a paulatina conquista da estabilidade econômica da cooperativa – representada pelo que chamamos *Direito ao Trabalho* - foi responsável por garantir a estas trabalhadoras a manutenção da vida cotidiana (condição material, da ordem da necessidade, própria da esfera privada, segundo Arendt, 2000). Assim, tendo garantido o presente, foi possível cada vez mais a elas dirigirem-se a projetos futuros de intervenção, em uma sólida *prática política* na esfera pública (da ordem da liberdade), verificada na ativa participação que muitas exercem na vida comunitária e da cidade em que vivem (Andrada, 2005), como demonstra Nelsa a seguir:

Isso eu acho que é o que mais te dá felicidade! Quando eu ando lá pela Restinga [outro bairro] e vejo o nome de ruas que a gente aprovou quando estava no Conselho [do Orçamento Participativo], eu tenho um orgulho! Por isso eu adoro essa cidade. [...] Eu vejo a reforma no Mercado Público... [...] A entrada da cidade, toda aquela favela que tem, na entrada da cidade, ela está sendo mudada. Nós votamos por aqueles recursos, sabe? Nós debatemos, discutimos, fomos pra confronto com o governo e tal, de como deveria ser. – Nelsa (Andrada, 2005, p. 75) [comentários nossos]

Se o passado, representado pela história da Vila e da cooperativa, comparece nos relatos e no imaginário destas trabalhadoras com notável intimidade e fluidez - só possível por suas condições de co-autoras destes espaços - e o presente, lugar do cotidiano por excelência, é vivido com “*uma segurança imensa*”, nas palavras da cooperada Isaurina, o que mais impressionou foi a relação delas com o que está por vir. Nos trabalhos de campo, destacavam-se muito as palavras “projeto”, “sonho” e variantes, sempre presentes, nas ações e falas das cooperadas. E ao longo dos anos de contato com o grupo, tivemos o privilégio de acompanhar pouco a pouco o belo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

processo de transformação de parte destes sonhos-projetos de ação política rumo à materialidade, como demonstram os trechos a seguir:

A princípio o sonho era a gente sair dali [Incubadora] e comprar o nosso terreno. Já realizamos. Foi feito o galeto, foi feito rifa... Foi mandado projeto pra fora. A gente já tinha um fundo, que desde que começou a cooperativa a gente vai deixando ali os 10% [das retiradas]. Nós já compramos o terreno, e o nosso sonho é ver o prédio erguido agora. – Julieta, 26/03/2004 (Andrada, 2005, pp. 110-111).

Em 28 de janeiro de 2005 aconteceu a tão esperada festa de *inauguração* da sede própria. Como previam os sonhos das cooperadas, tratou-se de uma celebração farta e generosa, que fechou o trânsito da rua para deixar passar a banda da escola da Vila. [...] Já na entrada, outra faixa alertava os visitantes: “Outro mundo já é possível”. Estávamos em dias de Fórum Social Mundial, do qual quase todas as cooperadas participaram de pelo menos uma oficina, além daquela inscrita e organizada por elas sobre “a cadeia produtiva e solidária do algodão. (Andrada, 2005, p.250).

III. Trabalho e Política no contexto de uma cadeia produtiva autogerida

A partir dos resultados da pesquisa relatada acima, iniciamos em 2009, outra pesquisa (doutorado em Psicologia Social) para seguir os estudos sobre as relações entre Trabalho e Política, focalizando agora uma cadeia produtiva autogerida.

Organizar em autogestão uma cadeia produtiva de algodão agroecológico foi outro *projeto político* de cooperadas da Univens que vimos ser gestado e alimentado até transformar-se em viva realidade; cadeia que tomamos como campo da pesquisa atual:

Quem dera um dia tenhamos tantas cooperativas que possamos construir uma grande rede, porque nós, os trabalhadores, sabemos produzir tudo que existe nessa sociedade, e alguns nos exploram, concentram e enriquecem. **Já imaginou nós, administrando nossa produção de sapatos, de roupas, de comidas, de fogões?** Acredito mesmo que este caminho pode nos levar ao início de uma sociedade de valores novos. Não precisamos nos digladiar em nossos fundos de quintais para sobreviver. O cooperativismo rompe com os laços do individualismo e nos faz **sonhar** de novo. [...] **Hoje de fato existe a possibilidade de construirmos uma cadeia produtiva do algodão de forma**



toda cooperativada e também ecológica⁸ [...]. **Com isso ganharíamos o mundo** [...]. **Dá para vibrar muito com tudo isso, e dá pra não parar mais de sonhar, sem jamais tirar os pés do chão.** Isso motiva a levantar todos os dias e a transformar cada dia em um dia diferente, pois conseguimos enxergar mais longe. – *Nespolo, 2003*. (apud *Andrada, 2005*, p. 252) [grifos nossos].

Para muitos que acompanhavam de longe os movimentos inquietos das costureiras - que começaram sem dispor sequer de máquinas de costura adequadas, aportando cotas de R\$1,00 (hum real) como capital social, esses sonhos soavam como delírios desconcertantes:

Parece *um bando de loucas que de repente resolveram que podiam fazer alguma coisa. E fizeram*. [risos] [...] *Todo mundo ficava assim, ó: “Mas o quê isso? Tão pensando o quê, essas mulheres? Que vão revolucionar o mundo agora?”* [...] *Porque tem muita gente que achou que aquilo ali ia ser só um fogo de palha*. – *Terezinha* [grifos nossos] (*Andrada, 2005*. p. 86-87).

A cadeia produtiva de algodão agroecológico, almejar em sonho pelas cooperadas, hoje está legalmente constituída como uma cooperativa de segundo grau, a *Justa Trama*. A central congrega empreendimentos de várias regiões do país, em todos os elos da cadeia têxtil, desde os plantadores do algodão, no Ceará, até as costureiras gaúchas e catarinenses, passando pelas mãos de artesãs em Rondônia e de fiadores e tecelões em Minas Gerais, envolvendo em torno de oitocentas famílias, “sem ter explorado ninguém”, como diz Nelsa. De bom desempenho econômico, tem forte atuação na economia solidária brasileira e também exporta produtos para o chamado comércio justo europeu. Politicamente, é referência de organização para diversos empreendimentos e instituições da Economia Solidária no Brasil e no exterior⁹.

Como questões norteadoras da presente investigação, temos: como foi possível a estas trabalhadoras o manejo cotidiano das necessidades do trabalho com a prática da política? Ou, em termos arendtianos, a conciliação entre o imperativo da necessidade, da esfera privada da família e da produção material, com o chamado pulsante das arenas da política, dos espaços públicos, dotado de um universo próprio de tensões e

⁸ Parte deste projeto ganhou materialidade inicialmente nas sacolas do Fórum Social Mundial 2005, realizado em Porto Alegre. Convidadas para novamente confeccionar tais produtos, as cooperadas da UNIVENS propuseram ao Fórum Estadual de Economia Solidária assumir a empreitada por meio de uma *rede solidária* que reuniu trinta e cinco empreendimentos de quatro estados brasileiros (SP, PR, SC e RS), coordenado de modo autogestionário por elas.

⁹ Para saber mais, consultar www.justatrama.com.br



ambivalências? Que alimentos e entraves simbólicos e materiais encontram no cotidiano, e principalmente, que recursos desenvolveram para operar com eles?

Como principal justificativa para a proposição do estudo, apontamos o desenvolvimento crescente e complexo de experiências autogestionárias em redes, cadeias e outros sistemas integrados, e a necessidade, por conseguinte, de compreender melhor os processos psicossociais cotidianos que os sustentam, alimentam e arrefecem.

Há tempos estudiosos da Economia Solidária em diversos países, como Santos (2002) e Gaiger (2009), apontavam a necessidade de constituição de redes ou complexos cooperativos, capazes de criar e de fato fazer girar uma efetiva economia de bases solidárias e autogestionárias, e não somente frágeis “ilhas de solidariedade” (as cooperativas) em meio ao gigantesco mercado de produção e comércio capitalista. A Univens, junto dos outros grupos que compõem a Justa Trama, já vem fazendo isso, outra importante justificativa para melhor conhecer como se vivencia, no cotidiano, este que talvez seja um dos maiores desafios do movimento.

IV. Apoios teóricos

No mestrado, optamos por ir a campo sem o compromisso de responder *a priori* a um determinado arcabouço teórico. Apesar de conferir segurança, tínhamos que isso embotasse a percepção daquilo que desconhecíamos e pretendíamos estudar. A partir das revelações do campo, fomos aos poucos recorrendo aos apoios teóricos que julgamos condizentes com os fenômenos percebidos.

No entanto, hoje partimos da experiência do mestrado e retornamos ao mesmo macro-campo – a Economia Solidária – para dar continuidade ao estudo anterior praticamente ‘do ponto em que paramos’. E, considerando o quão valiosos foram os aportes teóricos de Hannah Arendt e de Simone Weil na análise dos achados da pesquisa anterior, elegemos seguir na companhia destas autoras já no início do doutorado¹⁰. No entanto, novos estudos revelaram outras contribuições muito importantes à empreitada da pesquisa, como as obras de Merleau-Ponty sobre

¹⁰ Em diversas obras, Hannah Arendt (1972, 1999, 2000, 2009) debruça-se em profundidade no estudo das relações entre trabalho e política, e Simone Weil (1996, 2001), entre trabalho e enraizamento, e ambas, sobre liberdade e necessidade, categorias que se articulam muito bem com as anteriores.



Política, que conhecemos por intermédio da Professora Marilena Chauí em recente disciplina de pós-graduação.

Outro alicerce teórico importante desta pesquisa são as obras de autores que adotam o estudo do cotidiano como meio para uma melhor compreensão de processos sociais, perspectiva surgida a partir das chamadas sociologias fenomenológicas. José de Souza Martins, um dos principais expoentes no Brasil, defende que “*é no pequeno mundo de todos os dias que está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais.*” (Martins, 2000, p. 57)¹¹.

V. Sobre o método e o desenvolvimento da pesquisa

Elegemos o método etnográfico para orientar o trabalho da pesquisa. Esta escolha amparou-se em experiências anteriores de estudos e pesquisas baseados neste método que, desde a Antropologia, tem aportado valiosas contribuições à Psicologia Social e orientado diálogos e construções conjuntas muito proíficas (Sato & Souza, 2001; Andrada, 2010).

De início, e de modo transversal, realizamos ampla revisão bibliográfica sobre o campo conceitual no qual se insere a pesquisa (qualitativa, baseada em estudo de caso). Destaque para temas como *Desenvolvimento Solidário* (Economia Solidária), em uma perspectiva interdisciplinar, *Trabalho e Política*, recorrendo mais especificamente a leituras filosóficas e sociológicas a partir do enquadre teórico citado.

Os trabalhos de campo da pesquisa iniciaram-se em março de 2010. Orientaram-se basicamente pelo cumprimento de três etapas: **a)** promoção dos primeiros contatos e acordo dos termos da pesquisa com os trabalhadores da cadeia (cumprida); **b)** realização de observações etnográficas, em regime de imersão, de forma a conhecer as organizações autogestionárias que compõem a cadeia, atentando especialmente para o cotidiano dos processos e fenômenos atrelados às dimensões do trabalho e da ação política (em curso); **c)** realização de entrevistas semi-estruturadas prolongadas.

¹¹ José de Souza Martins (2000) já contribuiu muito para o estudo do senso comum e da vida cotidiana, amparado principalmente nas idéias de Henri Lefebvre. Partindo da Psicologia Social, Leny Sato (2001, por ex.) também tem aportado valiosas contribuições para a adoção deste olhar em pesquisas psicossociais.



A partir dos estudos bibliográficos e das observações de campo, espera-se identificar questões orientadoras para elaborar o roteiro das entrevistas. O objetivo desta etapa é ouvir com maior proximidade alguns trabalhadores das cooperativas acompanhadas e assim esclarecer dúvidas, cotejar interpretações iniciais da pesquisa com as leituras deles e conhecer mais sobre a história e o cotidiano da cadeia (prevista para 2012).

Finalmente, a realização da análise qualitativa de modo mais detido, a partir da sistematização das entrevistas e dos escritos do Diário de Campo (prevista para 2012). Vale frisar que a separação entre campo e análise não se aplica bem à abordagem etnográfica, e sim o contínuo “ir-e-vir” entre “o *olhar, o ouvir e o escrever*”, de Cardoso de Oliveira (2000), movimentos também apontados por Sato & Souza (2001).

VI. Trabalho de campo realizado até o momento

Até o momento fizemos seis viagens de campo, conforme quadro-síntese abaixo:

Data	Localidade	Objetivos e breve descrição
1ª mar/10 4 dias	Tauá (CE)	Conhecer o 1º elo da Cadeia – a ADEC, responsável pelo plantio e beneficiamento do algodão agroecológico. Encontros com associados na sede (diretoria e assessores técnicos) e longas visitas a famílias produtoras do algodão.
2ª ago/10 5 dias	Fortaleza (CE)	Acompanhar a Reunião Nacional da Cadeia e a participação de parte de seus representantes em atividade nacional do Setorial da Confecção da UNISOL BRASIL. Na reunião nacional da cadeia, todos os elos estavam representados. Atividade anual importante – têm caráter de Avaliação e de Planejamento Estratégico.
3ª out/10 2 dias	Porto Alegre (RS)	Acompanhar uma atividade de formação da Cadeia sobre o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS) e rever, ainda que brevemente, o elo local, a Coop. Univens.
4ª nov/10 3 dias	Pará de Minas (MG)	Conhecer o 2º. elo (Coopertêxtil) e, em especial, acompanhar uma atividade política interna.
5ª fev/11 3 dias	Montevideo (Uruguay)	Acompanhar uma ‘missão política’ externa, iniciativa da Justa Trama, que reuniu vários atores da Economia Solidária dos dois países (especialmente das dimensões política e comercial), com o objetivo de estabelecer projetos de intercooperação
6ª mar/11 4 dias	Porto Velho (Rondônia)	Conhecer o elo local (Cooperativa AÇAI) e acompanhar a Assembléia Geral Ordinária da Justa Trama.

Fig. 1: Quadro descritivo das incursões de campo realizadas até o momento.

A princípio, propomos seguir a “trilha do algodão”. Como se trata de uma cadeia têxtil, planejamos as incursões segundo o processo produtivo: começaríamos as visitas a



partir dos produtores do algodão, depois seguiríamos para a fábrica recuperada que o fia e tece, e assim por diante. Porém, depois de participar de uma reunião geral da cadeia (2ª viagem), percebemos que era este tipo de atividade que deveríamos priorizar se quiséssemos conhecer mais sobre as relações entre trabalho e política no âmbito da rede. As visitas aos elos são indispensáveis, mas também insuficientes se considerarmos o nosso objeto e tema de pesquisa.

Daí em diante, organizamos as incursões de acordo com a agenda política (interna e externa) da cadeia e, de fato, esta correção de rota tem nos parecido acertada. Destacamos que, para isso, contamos com a grande colaboração dos trabalhadores da cadeia, em especial, da coordenação. O fato de conhecer vários integrantes há tempos (inclusive antes da constituição da cadeia) e ter, com eles, relação de sincera amizade, sem dúvida, tem contribuído para que a pesquisa atual se desenvolva muito bem. Neste momento, recordo Ecléa Bosi (2003), quem nos ensinou que pesquisa “[...] envolve responsabilidade pelo outro e deve durar quanto dura uma amizade” (Bosi, 2003. p. 60).

VII. Primeiros indícios e sínteses

Um primeiro indício advindo do campo, portanto, pode ser descrito pelo seguinte questionamento: *onde a Justa Trama acontece* (principalmente em termos políticos)? Evidentemente, a cadeia não pode ser reduzida à soma de seus empreendimentos. Tampouco está representada em cada elo da mesma maneira. Cada elo, por sua vez, possui suas peculiaridades políticas, econômicas, culturais etc. Aliás, o respeito e a proteção das singularidades locais parecem ser, entre outros desafios e preocupações da Justa Trama, uma das mais importantes motivações para a intercooperação.

Nas atividades políticas gerais da cadeia em que estivemos presentes, foi possível perceber vivamente: *“aqui está a Justa Trama”*. Esta identidade transparece nas pautas, nos modos de fazer os debates, nos princípios norteadores das escolhas políticas, nas referências ao vivido juntos (como “Justa Trama”), nos planos de futuro. Nestas reuniões, em que participam ao menos um representante de cada elo – o foco está na cadeia e é a partir dela que os participantes em geral falam. O passado, o cotidiano e o futuro ali, parecem estar referenciados na Justa Trama. Um indício colhido, portanto, é que os espaços da Justa Trama, principalmente aqueles de cunho simbólico e político,



são os encontros gerais da rede: reuniões de avaliação, de planejamento; atividades de formação, intercâmbios entre os elos e com os parceiros – gerais e locais etc.

Outro indício suscitado a partir das vivências em campo aponta para a importância das lideranças (nacionais e locais) no tocante ao cotidiano político da cadeia. Aparentemente uma obviedade, o tema merece uma análise parcimoniosa no contexto de uma cadeia produtiva espalhada por todo o território nacional, que conta com rede de parcerias densa e muito ativa.

Apesar de termos iniciado os trabalhos de campo há dezesseis meses, ainda temos viagens pendentes e muita atividade de leitura e sistematização dos materiais de campo. As sínteses apresentadas são por certo provisórias e deverão ser ampliadas, desdobradas e relidas à luz dos estudos teóricos que vimos realizando.

Por ora, cabe apenas destacar que muitos aspectos têm nos chamando a atenção nesta pesquisa, aliás, instigante e muito prazerosa. Destacamos alguns métodos das práticas políticas da Justa Trama: falas diretas e ao mesmo tempo cuidadosas nos debates presenciados; valores claros e muito bem pactuados e, em geral, distintos das práticas comerciais capitalistas.

VIII. Referências Bibliográficas

ANDRADA, C. F. Etnografias em Psicologia Social: notas sobre uma aproximação fecunda. *Ponto.Urbe (USP)*, v. 7, 2010. p. 129.

_____. *O encontro da política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre a autogestão das trabalhadoras da Univens*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 2009.

_____. Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. 9(1), 2006. 1-14.

_____. *O encontro da política com o trabalho: história e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da Univens*. São Paulo, 2005. 267 p.

Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

ARENDT, H. *A promessa da política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.



- _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- DOWBOR, L. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FRIEDMANN, G. O lazer e a civilização tecnicista. In: P. S. Oliveira (Org.), *O lúdico na Economia Solidária* (pp. 115-130) São Paulo: Hucitec, 2001.
- HESPANHA, P.; CATTANI, A.D.; LAVILLE, J.L.; GAIGER L.I. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.
- HOLZMANN, L. *Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos: EdUFSCar, 2001.
- JARDIM, F. A. A. *Entre o desalento e a invenção: experiências de desemprego em São Paulo*. São Paulo, 2004. 285p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MTE/SENAES. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2006.
- NESPOLO, N. I. F. *Muita vida. Construindo um novo tempo... Transformando sonhos em realidades*. Porto Alegre, 2003. [digitado]
- OLIVEIRA, P. S. *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- PARRA, H. Z. *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. São Paulo: 2002. 265p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- PATTO, M. H. S. (Org). *A Cidadania Negada: políticas públicas e formas de viver*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.



- PEDRINI, D. M. *Bruscor, uma experiência que aponta caminhos*. In Singer, P. & Souza, A. (Orgs) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. (pp. 31-48) São Paulo: Contexto, 2000.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SATO, L. Processos organizativos cotidianos e corriqueiros: a abordagem da etnometodologia. *Psicologia & Sociedade*, 13 (1), 2001. pp. 129-151.
- SATO, L. & ESTEVES, E. G. *Autogestão: possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar*. São Paulo: ADS/CUT, 2002.
- SATO, L. & SOUZA, M. P. R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12 (2), 2001. pp. 29-47.
- SANTOS, B. S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. & SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- WEIL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão/ seleção e apresentação* Ecléia Bosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. *O enraizamento*. Bauru: EDUSC, 2001.